



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022
ISSN 2177-3866

LÓGICA INSTITUCIONAL NA CONSTRUÇÃO DA INOVAÇÃO COLABORATIVA: UMA METASSINTESE DE ESTUDOS DE CASOS QUALITATIVO

ROBSON DE CASTRO FERREIRA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS (IFMG)

MOZAR JOSE DE BRITO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

LÓGICA INSTITUCIONAL NA CONSTRUÇÃO DA INOVAÇÃO COLABORATIVA: UMA METASSINTESE DE ESTUDOS DE CASOS QUALITATIVO

Introdução

Nos últimos 30 anos as instituições públicas e privadas de pesquisa, bem como as empresas, sejam nacionais ou internacionais, estão enfrentando novos desafios institucionais e organizacionais. Estudos têm mostrado que nas décadas de 80 e 90, as transformações socioeconômicas e tecnológicas abrangentes têm obrigado os governos a reformularem suas políticas para o setor público de pesquisa. Em oposição a esta realidade a competitividade entre os mercados tem exigido uma crescente busca por inovação como meio de manutenção e crescimento das empresas e conseqüentemente das economias dos países. Assim, a inovação colaborativa apresenta-se como uma opção ao processo inovador, com capacidade de se adaptar mais facilmente às demandas das partes interorganizacionais (Dekker & Groot, 2016).

A inovação está associada a reputação da organização (Castilla-Polo et al., 2018). Para An, Deng, Chao e Bai (2014), os processos inovadores, que minimizem os custos e melhore a produtividade, são fundamentais para as organizações se manterem em mercados competitivos. Assim, a inovação colaborativa apresenta-se como uma opção ao processo inovador, com capacidade de se adaptar mais facilmente às demandas das partes interorganizacionais (Dekker & Groot, 2016). Portanto a inovação decorrente de processo, produto, tecnologia ou negócio, é potencializada por relacionamentos Inter organizacionais (Andersen & Drejer, 2009). Dekker & Groot, 2016 destacam que a inovação colaborativa demanda comunicação em todos os níveis das organizações cooperantes. Ela é essencial no compartilhamento do conhecimento e construção do entendimento ou expectativa compartilhada da parceria. Isso é um fenômeno complexo que precisa ser compreendido e gerenciado.

No entanto dentro desta perspectiva o conceito de logica institucional pode contribuir consideravelmente para a compreensão de criação e implementação de inovação colaborativa, inovação aberta ou ecologia de inovação. Porém, o desafio é o número de participantes, a heterogeneidade de componentes incluídos, suas relações e suas interações dinâmicas e inesperadas” (Hanseth e Lyytinen 2010). Para isso este artigo lança mão da abordagem de (Hultin L, M’ahring M T2014) da lógica institucional como um enquadramento metateórico e multinível o que facilita a análise das interrelações entre atores heterogêneos, como instituições, indivíduos e organizações. A escolha desta abordagem se deve ao fato de que a interação de lógicas institucionais individuais nos estudos, foi priorizada sobre a interação de múltiplas lógicas (Schultze e Bhappu 2017), fazendo com que o papel da lógica da comunidade venha sendo negligenciado na teoria organizacional e nos estudos de lógica institucional (O’Mahony e Lakhani2011, Thornton et al.2012).

Essa é uma lacuna importante no contexto da inovação colaborativa, onde faltam estudos sobre como as lógicas dos diferentes atores interagem na integração de conglomerados que estão moldando a inovação colaborativa (Nambisan et al.2017; Thornton et ai.2012), fazendo-se necessário mais estudos de como os arranjos de inovação colaborativa são moldados por atores heterogêneos com poder, recursos e significados assimétricos. Esta lacuna pauta o enquadramento da questão de pergunta desta metassintese conforme proposto por (Hoon, 2013). Assim a questão deste trabalho é como a lógica institucional atua na construção da inovação colaborativa? E o objetivo é como os tipos de lógicas institucionais se apresentam e impactam a construção e condução da inovação colaborativa.

Fundamentos Teóricos:

Lógica institucional e Inovação colaborativa

Na da teoria institucional acentua-se os estudos do institucionalismo sociológico, ou organizacional cuja perspectiva das lógicas institucionais destaca-se como uma importante corrente, (Motke, Ravanello e Rodrigues, 2016). No entanto Thornton, (Ocasio, 2008) ressaltam que o conceito de lógica institucional, ainda, carece de melhor definição e suporte analítico, buscando facilitar a operacionalização empírica. De acordo com a nova vertente da lógica institucional, ao mesmo tempo em que as lógicas moldam a compreensão dos atores daqueles comportamentos considerados significativos, elas, também, são moldadas e modificadas por estes comportamentos (Thornton; Ocasio, 2008). Nas palavras de (Lounsbury, 2007), o conceito de lógicas institucionais refere-se a crenças e regras que estruturam a cognição e guiam a tomada de decisão em um campo organizacional. É assim que elas podem ser compreendidas como guias, para as ações sociais e prescrições responsáveis pela capacidade cognitiva dos atores, possibilitando a interpretação da realidade e a compreensão do que constitui a maneira correta de comportar-se (Greenwood et al., 2011).

Além disso, a ideia de lógica institucional é considerada, também, pelos seus precursores como um framework metateórico (Thornton; Ocasio, 2008), pois abarca o potencial, para analisar o inter-relacionamento entre indivíduos, organizações e instituições, a partir do sistema societal composto por múltiplas instituições. Ou seja, esta abordagem considera que os atores estão imersos “nas ordens institucionais (societais) da família, religião, estado, mercado, profissões e corporações”, lógicas estas que possuem diferentes racionalidades (Thornton; Ocasio; Lounsbury, 2012).

Por esse conjunto de fatores, a perspectiva da lógica institucional é considerada responsável por transformar a teoria do institucionalismo organizacional, tendo o potencial de melhor integrar a pesquisa institucional na área das ciências sociais (Thornton; Ocasio; Lounsbury, 2012) por justamente levar em conta, de forma integrada, os múltiplos aspectos considerados pelas distintas disciplinas em diferentes níveis de análise. O pesquisador (Lounsbury, 2007) reforça, quando observadas no nível organizacional, as tomadas de decisões e resoluções de problemas empreendidos pelos indivíduos são delimitadas pelas lógicas institucionais vigentes, isso porque, ao dirigir a atenção dos atores, para um rol de alternativas disponíveis, as lógicas institucionais são responsáveis por possibilitar um senso de organização compartilhado de que há um significado coerente atribuído às decisões tomadas, reforçando, assim, certas identidades e estratégias organizacionais existentes.

Complementando a compreensão do conceito de lógica institucional temos o conceito de campo organizacional que se constitui por um conjunto de organizações que compõem uma área reconhecida da vida institucional: recursos e consumidores, fornecedores-chaves, agências regulatórias e demais organizações que produzem serviços e produtos similares e que estão envolvidos em um mesmo empreendimento (DiMaggio e Powell, 1991; Scott, 2014). Nessa visão, o campo organizacional é composto por diversos participantes, com propósitos por vezes contraditórios, compreendendo um campo de lutas. Então, múltiplas lógicas institucionais podem estar presentes no campo, compreendendo assim um pluralismo institucional segundo (Wooten e Hoffman, 2008), o que delimita um cenário de complexidade institucional.

O estudo da complexidade institucional aponta três linhas que abordam o relacionamento entre múltiplas lógicas institucionais coexistentes: (a) uma lógica é dominante e guia o comportamento; (b) múltiplas lógicas lutam entre si pela dominância, em uma tensão contínua, caracterizada por alternância de liderança ou breves períodos de trégua; (c) múltiplas lógicas, ou uma constelação de lógicas, afetam diferentemente diferentes atores, organizações ou comunidades geográficas e coexistem ao longo do tempo, atuando tanto cooperativamente como competitivamente (Goodrick e Reay, 2011). A conceituação de lógicas institucionais como uma constelação fornece os fundamentos teóricos para a explicação da relação de coexistência entre as lógicas, possibilitando a enxergar, simultaneamente, as influências em um

determinado ator social. Essa coexistência pode desencadear processos competitivos ou cooperativos, mas nunca com resultado *soma zero*. As autoras apresentam que a relação de soma não zero entre as lógicas institucionais tem como consequência uma situação em que o seu impacto pode não ser escolhas entre demandas competitivas, mas incrementar o número de demandas que precisam ser atendidas (Goodrick e Reay,2011).

O termo colaboração enuncia a proximidade nas relações entre parceiros, ao mesmo tempo em que representa o trabalho conjunto a fim de obter benefícios mútuos, buscando a eficiência e a eficácia nas decisões. Assim quanto melhor a interação entre os parceiros melhor os resultados (Parung e Bititci ,2008). Para (Thomson e Perry,2006) o processo de colaboração envolve compartilhamento de normas e construção de interações que sejam benéficas para ambos os lados. Deste modo, no processo de colaboração há uma interação entre os atores autônomos através das negociações formais e informais, por meio das quais, de maneira conjunta se criam estruturas e regras que vão governar as relações e o modo como vão atuar ou sobre os aspectos que vão lhes manter juntos (Thomson e Perry,2006).

O conceito original de inovação colaborativa foi cunhado por (Gloor, 2006) como sendo uma rede de pessoas e organizações motivadas, com uma visão coletiva, que utiliza a web como meio de colaboração visando se atingir um objetivo comum via o compartilhamento de ideias, informações e trabalho. Já para Bueno e Balestrin (2012), a inovação colaborativa consiste naquela em que as equipes de P&D de maneira integrada trabalham realizando ações colaborativas com diversos atores, tanto no sentido vertical da cadeia quanto no sentido horizontal (entre empresas de um mesmo segmento). Segundo (O'Connor, 2006), a inovação colaborativa pode ser conceituada como uma ação conjunta e cooperada entre diversos atores internos e externos à organização, podendo ser tanto empresas parceiras, clientes, fornecedores mas também instituições de caráter público ou privado.

O processo de colaboração da organização com fornecedores e clientes possibilita a construção de conhecimentos de novas tecnologias, melhorias em processos e mercados. Os clientes e os usuários de uma organização, na inovação colaborativa, têm importância em inovações com maior grau de complexidade ou novidade, ao mesmo tempo em que as colaborações dos fornecedores são expressivas para a redução do tempo de inovação, dos riscos, na flexibilidade, na qualidade, no grau de novidade, na adaptação e na performance da inovação no mercado (Nieto e Santamaria, 2007). Assim as empresas são impulsionadas a reduzir as fronteiras com seus fornecedores, passando a agregá-los em sua rede de inovação e mudando suas relações formais de contratos de fornecimento para alianças estratégicas de inovação, isso por causa dos benefícios percebidos com a inovação colaborativa (Rosell e Lakemond,2012). A participação e inserção dos clientes também são incentivados pelas empresas nos estágios iniciais e finais do processo de inovação e ainda na concepção de desing, prototipagem e testes, também por meio da inovação colaborativa (Greer e Lei, 2012).

A inovação colaborativa pode ocorrer entre concorrentes que realizam grandes projetos reduzindo os custos e os riscos (Miotti e Sachwald, 2003), e as consultorias também se apresentam como fonte de conhecimento e informação neste processo (Tether,2002). Podem compor também os atores da inovação colaborativa as agências de fomento que fornecem suporte técnico na formação de consórcios e estímulo às áreas geográficas e técnicas potencializando a colaboração para a inovação. E por último as Universidades e institutos de pesquisa que contribuem com o desempenho da inovação pelo fornecimento de conhecimento científico e incorporando em sua cultura o processo de inovação colaborativa (Nieto e Santamaría, 2007).

Apresenta-se como relevante destacar que as redes de inovação colaborativa vão além da inovação que surge das parcerias organizacionais (Nieto e Santamaría, 2007; Gulati 1985). A inovação caracteriza-se tanto por ser a finalidade da cooperação quanto consequência dela (Gulati, 1995). Como característica da inovação como consequência da rede, observa-se que os

atores parceiros focam nos ganhos econômicos próprios devido a eficiência das interações sociais e da legitimidade em maior ou menor formalização, devido aos acordos formais, transferências de informações e resolução de problemas auto definidos que podem ou não gera inovação (Deeds et al.,2003). Por sua vez, o foco das redes de inovação colaborativa está na combinação dos esforços e no relacionamento entre os atores parceiros, em estruturas de colaboração e conhecimentos, onde o avanço tem sido pouco previsível e pode afetar as estratégias, as estruturas das empresas e a até a própria rede (Deeds et al.,2003).

A heterogeneidade dos parceiros que possuem naturezas e objetivos diferentes, que demandam conhecimentos e estágios de colaboração assíncronos, faz com que a construção da inovação colaborativa apresente um conjunto de características que exigem um esforço e um desenvolvimento na compreensão da gestão destas redes.

Metodologia

Para a condução deste artigo optou-se pela utilização da metassíntese de estudos de caso qualitativos, especificamente utilizou-se o modelo proposto (Hoon, 2013). Os estudos de caso tendem a permanecer isolados, trabalhos autônomos com sua potencial vantagem cumulativa para o avanço do conhecimento no campo sendo negligenciado. Para esta autora, a metassíntese de estudos de casos tem objetivo a construção de teoria, seu refinamento ou sua ampliação da base teórica existente. Trata-se de uma alternativa metodológica que visa extrair, analisar e sintetizar evidências qualitativas para construir a teoria (Hoon, 2013). A meta síntese envolve a incorporação de um conjunto de estudos de caso, que são submetidos à análise e síntese dos resultados ou das descobertas oriundas de pesquisas realizadas por outros pesquisadores. Uma meta síntese também pode ser definida como um projeto de pesquisa exploratória e indutiva que sintetiza estudos de caso qualitativos primários e apresenta contribuições teórica para além daquelas expostas em cada estudo de caso original.

Para (Hoon, 2013) uma meta síntese começa com um enquadramento da pergunta de pesquisa oriunda de um enquadramento conceitual do tópico. A questão de pesquisa bem delineada informa a especificação da gama de estudos a serem sintetizados e permiti extrair evidências apropriadas dos estudos primários. O segundo passo é identificar os corpos de pesquisa que podem ser considerados relevantes para o interesse de meta síntese. O terceiro passo da meta síntese é a inclusão apropriada de estudos de caso aplicando critérios de inclusão/exclusão. O quarto passo extrair e codificar dados por meio de uma leitura atenta e completa do texto buscando insight procedentes nos estudos primários. O quinto passo analisar o caso por meio de especificidades identificando uma sequência de variáveis que foram consideradas em cada caso como as mais influentes. O sexto passo fazer uma síntese por meio do cruzamento dos estudos de caso. O sétimo passo construção da teoria por meio da metassíntese. O oitavo e último passo é a discussão.

Nesta primeira etapa o objetivo é adequar a metodologia da metassíntese no contexto desejado. Para o desenvolvimento desta meta síntese considera-se a abordagem de (Hultin L, M'ahring M T2014) da lógica institucional como um enquadramento metateórico e multinível o que facilita a análise das interrelações entre atores heterogêneos, como instituições, indivíduos e organizações. Conforme descrito no início deste artigo a escolha desta abordagem deveu-se ao fato de que a interação de lógicas institucionais individuais nos estudos, foi priorizada sobre a interação de múltiplas lógicas (Schultze e Bhappu 2017), fazendo com que o papel da lógica da comunidade venha sendo negligenciado na teoria organizacional e nos estudos de lógica institucional (O'Mahony e Lakhani2011, Thornton et al.2012). Essa é uma lacuna importante no contexto da inovação colaborativa, onde faltam estudos sobre como as lógicas dos diferentes atores interagem na integração dos conglomerados que estão moldando a inovação colaborativa (Nambisan et al.2017; Thornton et al. 2012), fazendo necessário mais estudos de como os arranjos de inovação colaborativa são moldados por atores heterogêneos com poder, recursos e

significados assimétricos. Assim a questão deste trabalho é como a lógica institucional atua na construção da inovação colaborativa?

Assim passou-se a fazer uma busca pelos artigos, que fizeram parte deste estudo, e que estivessem de acordo com a questão de pesquisa proposta. Foi conduzido então um levantamento bibliográfico para a seleção da amostra. As buscas foram feitas na base *Web of Science* num espaço temporal de seis anos (2017 a 2022) buscando definir os casos a serem utilizados neste trabalho. Começou-se a busca com um string mais amplo tentando abarcar um maior número de trabalhos viáveis para a composição da amostra. Assim foi utilizado o *string* $((TS=(institutional\ thory))\ OR\ TS=(institutional\ logic*))\ AND\ TS=(innovation*)\ AND\ TS=(network*)$ que retornou 570 trabalhos. Porém esta busca ampliada demonstrou-se ineficaz devido à grande diversidade dos temas abordados nos trabalhos, inviabilizando a construção de uma amostra condizente com o problema de pesquisa. Elaborou-se então um segundo *string* de busca mais simples e direto que foi *collaborative innovation* (tópico) *and institutional logic* (todos os campos) *and articles* (tipos de documento). Esta busca retornou 58 artigos que possibilitaram estudos de casos viáveis para a amostra. Para complementar o número de artigos para a definição da amostra fez-se uma terceira busca utilizando os termos que tinha mostrado mais adesão ao problema estudado que foi *collaborative innovation* (tópico) *and institutional logic* (todos os campos), essa busca retornou 71 trabalhos, alguns casos foram encontrados neste *string*. Porém para chegar a uma população mais robusta para a extração da amostra realizou-se uma quarta busca, mantendo a linha de termos com boa adesão ao problema, com o seguinte *string* *institutional logic**(tópico) *and collaborative innovation* (todos os campos) *and case* (todos os campos) retornando 50 trabalhos. Os critérios de inclusão/exclusão foram então aplicados a população de 179 trabalhos oriundos dos três últimos *strings* de busca.

O passo seguinte na meta-síntese consiste na definição dos parâmetros de seleção para a inclusão dos casos qualitativos utilizados na análise. Para (Dalon & Dalton, 2008) a especificação e aplicação de critérios de inclusão/exclusão, são primordiais para o método, já que a validade da síntese depende da qualidade dos estudos primários em que é baseada. Apresenta-se abaixo o quadro com os critérios de inclusão/exclusão:

Critérios	Justificativa de inclusão	Referencias excluídas
Alinhamento ao escopo da questão de pesquisa e alinhamento ao quadro teórico	Considerou-se questões de pesquisa que tratassem do interesse em investigar a ação da logica institucional em processos de inovação colaborativa, inovação aberta e ou ecossistemas.	Questão de pesquisa que não tratam exc e inovação colaborativa, inovação aberta
Ser artigo que fossem estudos de caso qualitativos, revisado por pares	Garantia da rigidez metodológica e da qualidade das contribuições	Demais trabalhos que não eram artigos e
Serem artigos publicados entre janeiro de 2017 e dezembro de 2022	Tentar abarcar indicações do estado da arte do tema tratado neste trabalho.	Aqueles artigos que não estivessem no i
Fossem das áreas temáticas management e business	Serem temas que abordam fenômenos em organizações, que é o interesse desta pesquisa	Aqueles artigos que não se encaixavam m

Tabela 1: Critérios de inclusão/exclusão

Análise dos dados

Neste tópico foram aplicados os passos de 4 a 7 conforme proposto por (Hoon,2013) para tratamento e análise dos casos. Assim foi feito num primeiro momento a extração e codificação dos dados, posteriormente a análise específica de cada caso, depois a síntese de estudos cruzados, e a construção da teoria a partir da metassíntese.

Os dados da meta síntese são, segundo (Hoon, 2013) a reunião de *insights* de outros pesquisadores. A codificação destes dados foi feita a partir da extração nos casos selecionados dos seguintes itens: resumo; questão de pesquisa; enfoques teóricos e pressupostos; abordagem metodológica; principais resultados; síntese da análise e discussão; contribuições teóricas do artigo e limitações e agenda de pesquisa. Já para a análise e síntese de cada caso estudado, foi construída uma rede causal. Ela permite visualizar a dinâmica das variáveis de casos específicos, e também possibilita a delimitação da questão de pesquisa proposta na metassíntese (Hoon, 2013). Buscou-se observar como os tipos de lógicas institucionais se apresentavam e impactavam a construção e condução da inovação colaborativa, por meio do resgate do tripé analítico de prática, objeto e sujeito Friedland et al. (2014) buscando explicar como esta lógica é estruturada e estruturante por ações dos atores sociais.

Na Síntese de estudos cruzados , os estudos de caso foram explorados em profundidade por meio de uma leitura detalhada buscando identificar semelhanças e diferenças entre eles, por meio de uma comparação cruzada. A tabela 2 detalha cada um dos casos explorados nesta metassíntese.

Artigos da Pesquisa	Conceitos de lógica presente na inovação colaborativa	Contribuições teóricas e elementos a serem considerados para a análise	Contribuição para ser incorporada na lógica institucional
Zorina, A., & Dutton, WH (2021).	Lógicas comunitárias (pouco estudadas); Lógica de estado; Lógicas híbridas; Lógicas contestadoras;	<p>Em ecologias de atores heterogêneos com diversas lógicas e tecnologias, as fontes de poder podem mudar de puras capacidades reguladoras e legítimas para a capacidade de gerar soluções idiossincráticas que permitem adaptar simbioticamente, ou parasitando ou complementando, construindo assim sobre tecnologias e infraestruturas distintas criadas por outros atores.</p> <p>O estudo incorpora a interação de lógicas contestadoras de múltiplos atores heterogêneos, incluindo as lógicas comunitárias pouco teorizadas na análise do desenvolvimento de ID, sugerindo seu valor e novos insights.</p>	Identificação de tipos de interação simbióticas e p que combinam conhecimento possível reperto caminhos não l desenvolvimen inovação digital destacando a v não linearidade complexidades assincronias/ig lógicas dos ato tecnologias des a interação em impactos ecoló e indiretos.
Kallman, M. E., & Frickel, S. (2019).	Lógicas “aninhadas”; Lógica de colaboração;	<p>Quando múltiplas lógicas institucionais operam simultaneamente elas se aninham em diferentes escalas de organizações “como uma boenca russa”.</p> <p>A lógica colaborativa interorganizacional é importante, pois atua impulsionando diferentes estágios de inovação, contrapondo o argumento de que as organizações inovam quando competem, porque a competição força a eficiência.</p> <p>A lógica da colaboração é potencializada pelas organizações públicas devido a lógica do mercado, que numa visão de longo prazo blinda o sistema colaborativo do imediatismo do lucro, presente na lógica do mercado.</p>	A colaboração difusa, estrut moldando o co e a fundamentando estimulando a conexão, entr tipos de organ diferentes e incentivos.

<p>Franco-Torres, M., Rogers, B. C., & Ugarelli, R. M. (2020).</p>	<p>Lógicas conflitantes; Objetos de fronteira em transições de sustentabilidade; Lógica hidráulica (gestão integrada de recursos hídricos); Lógica sensível a água; Lógica de mercado;</p>	<p>A diversidade e a complexidade da sociedade globalizada aumentaram implacavelmente. Isto gera problemas interdependentes, não estruturados e penetrantes, criando novos conflitos entre um número maior de lógicas. Acomodação de objetivos, visões de mundo e valores de realidades dispares representa uma barreira para transições de sustentabilidade. Os objetos de fronteira se tornaram cada vez mais relevantes como ferramenta de transição de sustentabilidade.</p>	<p>Lógica sensível uma orientação ambientalismo resiliência, sus e melhor habit</p>
<p>Villani, E., Rasmussen, E., & Grimaldi, R. (2017).</p>	<p>Lógica acadêmica; Lógica comercial;</p>	<p>Diferentes tipos de organizações intermediárias abordam claramente a transferência de tecnologia U-I de maneiras diferentes, mas não há uma perspectiva teórica abrangente que explique por que as atividades de intermediação diferem.</p>	<p>Organ interm atuam organ frontei admini zona I lógicas e comerc</p>
<p>Ortiz, J., Ren, H., Li, K., & Zhang, A. (2019).</p>	<p>Lógica administrativa; Lógica social; Lógica institucional;</p>	<p>O artigo identificou que na construção da ecologia de inovação aberta, as empresas principais seguem dois tipos de lógica a administrativa e a social de acordo com o contexto da inovação. A lógica institucional, a prática institucional e as características inovadoras estão intimamente relacionadas,</p>	<p>Foi proposto mecanismos institucionais— líderes e simb uma empres para coordenar os usuários e p</p>

		<p>e somente sua adaptação mútua pode promover o desenvolvimento da ecologia da inovação aberta. Também foram identificadas três características principais da inovação realizada pelas principais empresas, usuários e parceiros na ecologia da inovação aberta: inovação iterativa, inovação social e inovação conjunta.</p>	<p>participam d dentro de uma inovação aberta</p>
<p>Glückler, J., & Eckhardt, Y. (2022).</p>	<p>Lógica institucional; Clivagem institucional; Deriva institucional;</p>	<p>O artigo demonstrou que “Ao seqüestrar a lógica da lei de pureza da Baviera, os defensores da norma da naturalidade conseguiram legitimar suas ações ilícitas. Não foi a ação central de empreendedores econômicos particularmente fortes que desencadeou um trabalho institucional eficaz, mas sim a capacidade de unir inteligência coletiva e força entre um grupo de microcervejeiros . Os novos arranjos institucionais delimitados pelo ator externo a universidade, aliados a uma nova configuração dos vínculos em rede, originam um modelo que pode ser considerado uma “inovação organizacional radical”, visto que a inovação se dá não da dimensão técnica (como é o foco da literatura), mas na dimensão social.</p>	<p>“Dobra processo no q institucionais nova instituiç estabelecida c que sim deslegitimam legitimam instituição.” In define um tipo inovação cont encontra resi apenas ba ilegitimidade, na ilegalidade.</p>
<p>Ventura, R., Quero, M. J., & Díaz-Méndez, M. (2019)</p>	<p>Lógica de serviço dominante; Ecosistema de serviço;</p>	<p>Os novos arranjos institucionais delimitados pelo ator externo a universidade, aliados a uma nova configuração dos vínculos em rede, originam um modelo que pode ser considerado uma “inovação organizacional radical”, visto que a inovação se dá não da dimensão técnica (como é o foco da literatura), mas na dimensão social.</p>	<p>Inovação radi produto, proces com caracte desempenho ser que oferecem significativas no ou custo que tr mercados existe novos”.</p>

Tabela 2: análise individual dos casos

Esta metassíntese tem a intenção de entender como as lógicas institucionais se apresentam e impactam a construção da inovação colaborativa. Para iniciar a construção teórica retomo aos tipos ideais de lógicas propostas por Thornton et. al. (2012) sendo elas Família, Religião, Estado, Mercado, Profissão, Corporação. Os casos analisados apresentam a presença apenas da lógica do Estado, do Mercado e da Corporação e, ainda assim como pano de fundo e conjugadas a outras lógicas pertinentes a inovação colaborativa. Chama a atenção entre os casos, o fato que na construção da inovação colaborativa, vem se delineando uma tendência de uma instituição de coletividade entre os atores, que pode ser observado nos trabalhos pela definição de conceitos como lógica comunitária (Zorina, A., & Dutton, WH 2021), lógica de colaboração e lógicas “aninhadas” (Kallman, M. E., & Frickel, S. 2019), lógica social (Ortiz, J., Ren, H., Li, K., & Zhang, A. 2019). Em (Kallman, M. E., & Frickel, S. 2019), o Estado aparece como aquele que pela sociedade (coletividade) assume o risco de financiamento da inovação por estar blindado da necessidade do lucro, presente na lógica do mercado, com isso sendo um vetor estruturante da construção da inovação colaborativa. Vale destacar ainda neste caso que os autores concluíram que a colaboração é uma lógica difusa, estruturando e moldando o comportamento e a cognição, fundamentando e estimulando a interação e a conexão, entre diferentes tipos de organizações com diferentes encargos e incentivos. Isto corrobora (Deeds et al., 2003) para os quais a inovação colaborativa com o foco na combinação dos esforços e no relacionamento entre os atores parceiros, em estruturas de colaboração e conhecimentos, tem o avanço como menos previsível e pode afetar as estratégias, as estruturas das empresas e a até a própria rede.

Neste caso, e coerente com a linha da coletividade, a lógica do mercado é convidada a revisitar sua base de normas e base de atenção, segundo Thornton et. al. (2012) pois na conclusão dos autores a lógica colaborativa interorganizacional é importante, atuando no impulsionamento de diferentes estágios de inovação, contrapondo o argumento de que as organizações inovam quando competem porque a competição força a eficiência. Colabora para esta visão (Zorina, A., & Dutton, WH 2021), suas conclusões desafiam os insights de estudos anteriores de que as lógicas dos atores permitem e restringem os atores na construção de certas regras, pois as descobertas sugerem que a interação de várias e diversas tecnologias podem fornecer aos atores, insights sobre as regras e acesso a recursos que não são típicos dos repertórios oferecidos por suas lógicas dominantes, potencializando assim uma prática coletiva/colaborativa. E ainda (Ortiz, J., Ren, H., Li, K., & Zhang, A. 2019) descrevem que a lógica institucional, a prática institucional e as características inovadoras estão intimamente relacionadas, e somente sua adaptação mútua pode promover o desenvolvimento da ecologia da inovação aberta. Isso levou a identificação de três características principais da inovação realizada pelas principais empresas de um ecossistema colaborativo, seus usuários e parceiros na ecologia da inovação aberta: inovação iterativa, inovação social e inovação conjunta.

Uma segunda linha que se constrói nos casos é a de questionamento da dinâmica das lógicas ideais do Estado, Mercado e Corporação, ainda que de forma subjetiva, em convergência à coletividade (sociedade). Este fenômeno encontra respaldo teórico no conceito de complexidade institucional e suas três linhas que abordam o relacionamento entre múltiplas lógicas institucionais coexistentes (Wooten e Hoffman, 2008; Goodrick e Reay, 2011). Este questionamento se materializa nos casos, em conceitos como lógicas conflitantes (Franco-Torres, M., Rogers, B. C., & Ugarelli, R. M. 2020); lógicas híbridas e lógicas contestadoras (Zorina, A., & Dutton, WH (2021) e a recém criada teoria da dobra institucional (Glückler, J., & Eckhardt, Y. 2022).

Este questionamento leva a dois outros pontos observados nesta meta síntese que são a complexidade da realidade e conseqüentemente das relações entre os atores (sociedade, estado, mercado e meio ambiente), o que apresenta-se como uma possível nova lógica que está se configurando a sustentabilidade. Isto pode ser compreendido teoricamente, com a conceituação

de lógicas institucionais como uma constelação e, como a coexistência entre elas pode desencadear processos competitivos ou cooperativos, mas nunca com resultado *soma zero* (Goodrick e Reay, 2011). As autoras apresentam que a relação de soma não zero entre as lógicas institucionais tem como consequência uma situação em que o seu impacto pode não ser escolhas entre demandas competitivas, mas incrementar o número de demandas que precisam ser atendidas. Nestas circunstâncias os casos apresentam conceitos como deriva institucional, clivagem institucional e dobra institucional (Glückler, J., & Eckhardt, Y. 2022) e lógicas conflitantes, objeto de fronteira de sustentabilidade, lógica hidráulica (gestão integrada de recursos hídricos), lógica sensível a água (orientada para o ambientalismo, sustentabilidade, habitabilidade) (Franco-Torres, M., Rogers, B. C., & Ugarelli, R. M. 2020) que apontam para os efeitos de soma não zero das lógicas como constelações.

Em (Glückler, J., & Eckhardt, Y. 2022) este efeito aparece na solução para o impasse da questão ilícita das cervejas artesanais, diante da lógica do Estado representada pela lei da pureza na Baviera. Isto foi contornado não pela ação central de empreendedores econômicos centrais particularmente fortes (lógica do mercado) mas sim pela capacidade de unir inteligência coletiva e força entre grupos de microcervejeiros para desencadear um trabalho institucional eficaz. Este caso encaixa-se na proposição de (Gulati, 1995), a inovação caracteriza-se tanto por ser a finalidade da cooperação quanto consequência dela. Já em (Franco-Torres, M., Rogers, B. C., & Ugarelli, R. M. 2020) esta questão aparece na discussão da transformação do regime de gestão de águas pluviais do município de Copenhague na Dinamarca. No embate entre a lógica hidráulica e a lógica sensível a água, o objeto de fronteira, foram os efeitos do aquecimento global que possibilitou o predomínio da lógica sensível a água, predominar sobre a aplicação de inovações tecnológica na gestão das águas. Observou-se como a questão da sustentabilidade atuou de forma contundente neste processo. Segundo os autores a diversidade e a complexidade da sociedade globalizada aumentou implacavelmente, o que gera problemas interdependentes, não estruturados e penetrantes, criando novos conflitos entre um número maior de lógicas. A acomodação de objetivos, visões de mundo e valores de realidades dispares representa uma barreira para transições de sustentabilidade. Um objeto de fronteira se comporta como elemento aglutinante em transições de sustentabilidade, servindo como um ponto de acordo e cooperação para lógicas institucionais díspares sem restringir sua valiosa diversidade.

Ainda cabe destacar que nos casos em que as inovações se iniciaram dentro da perspectiva de rede (Deeds et al., 2003), acabaram sendo moldadas pelas lógicas presente nos atores para inovações colaborativas. É o caso de (Zorina, A., & Dutton, W.H., 2021) onde as delimitações dos quatro tipos de interações simbióticas e parasitárias acontecem devido a ação e interação das lógicas institucionais que possibilitam inovações que deveriam ser individuais dos agentes, serem transformadas em inovação colaborativa dado a complexidade e limitação do ambiente. Isto também é percebido em (Glückler, J., & Eckhardt, Y. 2022) onde os interesses de inovação individual dos microrcervejeiros artesanais, acabam sendo levados a inovação colaborativa onde a inovação da dobra institucional foi uma inovação não intencional dos atores conforme prevê dela (Gulati, 1995) para quem a inovação caracteriza-se tanto por ser a finalidade da cooperação quanto consequência dela.

Conclusão

Esta metassíntese se propôs analisar como os tipos de lógicas institucionais se apresentavam e impactavam a construção e condução da inovação colaborativa. Assim chegamos as seguintes conclusões: primeiro que a teoria sobre lógica institucional abarca de maneira satisfatória a compreensão da dinâmica da inovação colaborativa; segundo que ao acompanhar a dinâmica da construção da inovação colaborativa por meio das lógicas

institucionais, percebeu-se um viés para a construção das lógicas sob uma ótica coletiva conforme demonstrado do tópico anterior; terceiro ponto da nossa conclusão é que essa ótica coletiva, ganha força diante da complexidade que se apresenta cada vez mais na sociedade atual demonstrando uma dificuldade dos tipos ideais de lógica de lidarem com isso; e o quarto e último ponto a concluir-se é que a complexidade da realidade, juntamente com as questões ambientais e essa tendência da coletividade na elaboração das lógicas, coloca em destaque a sustentabilidade como uma possível lógica institucional a nortear as inovações colaborativas.

A contribuição deste trabalho é ter levantando a questão da dimensão da colaboração juntamente com a reflexão sobre o efeito da complexidade da realidade social, e como essas duas variáveis aparecem como influenciadoras na dinâmica das lógicas institucionais e apontam para o aparecimento da sustentabilidade como uma possível protagonista neste processo. Destaca-se ainda, como colaboração, a compreensão que as lógicas institucionais quando confrontadas e integradas em arranjos ou redes de inovação acabam por influenciar a mudança destas para inovação colaborativa nos moldes propostos por (Deeds et al.,2003).

Uma limitação deste estudo é o fato de ter sido utilizado apenas uma base de dados, a Web os Science para a seleção dos casos. Uma proposta para futuras pesquisas é saber por que e como as lógicas institucionais modulam as mudanças de inovação em rede para inovações colaborativas. Isso pode ser feito considerando-se o papel significativo da tecnologia na formação das interações dos atores, e explora-la como um agente não humano de co-modelagem ativa das relações (Zorina e Dutton, 2022). Abordando também questões de proximidade cognitiva entre os atores que compõem a rede de inovação colaborativa, com o objetivo de identificar resultados ou expectativas mais refinadas, para usar como base para medir o desempenho (Villani, Rasmussen e Grimaldi, 2017). E finalmente compreendendo como se desenha a estratégias específicas de cocriação de valor para os atores envolvidos ((Ventura, Quero e Méndez, 2019).

Bibliografia:

Albuquerque, E. D. M. (2009). Catching up no século XXI: construção combinada de sistemas de inovação e de bem-estar social. *Crescimento econômico: estratégias e instituições*. Rio de Janeiro: Ipea, 55-83.

An, X., Deng, H., Chao, L., & Bai, W. (2014). Knowledge management in supporting collaborative innovation community capacity building. *Journal of Knowledge Management*, 18(3), 574-590.

Andersen, P. H., & Drejer, I. (2009). Together we share? Competitive and collaborative supplier interests in product development. *Technovation*, 29(10), 690-703.

Bueno, B.; Balestrin, A. (2012) Inovação colaborativa: uma abordagem aberta no desenvolvimento de novos produtos. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 52, n. 5, p. 517-530.

Castilla-Polo, F., Gallardo-Vázquez, D., Sánchez- Hernández, M. I., & Rodríguez, M. C. R. (2018). An empirical approach to analyze the reputationperformance linkage in agrifood cooperatives. *Journal of Cleaner Production*, 195(10), 163-175.

Chiarello, M. D. As Plataformas Tecnológicas e a Promoção de Parcerias para a Inovação. In.: **Parcerias Estratégicas**. Brasília: CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2000.

- Dalton, D. R., & Dalton, C. M. (2008). Meta-Analyses: Some Very Good Steps Toward a Bit Longer Journey. *Organizational Research Methods*, 11, 127–147.
- Deeds, D. L., & Rothaermel, F. T. (2003). Honeymoons and liabilities: The relationship between age and performance in research and development alliances. *Journal of Product Innovation Management*, 20(6), 468-484.
- Dekker, H. C., Ding, R., & Groot, T. (2016). Collaborative performance management in interfirm relationships. *Journal of Management Accounting Research*, 28(3), 25-48.
- DiMaggio, P. (1997). Culture and cognition. *Annual review of sociology*, 23.
- Franco-Torres, M., Rogers, B. C., & Ugarelli, R. M. (2020). A framework to explain the role of boundary objects in sustainability transitions. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 36, 34-48.
- Friedland, R., & Alford, R. (1991). Bringing society back in: Symbols, practices and institutional contradictions. In W. W. Powell & P. J. DiMaggio (Eds.), *The new institutionalism in organizational analysis* (pp. 232-263). Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Freeman, C. (2004). Technological infrastructure and international competitiveness. *Industrial and Corporate Change*, 13(3), 541-569.
- Greer, C. R., & Lei, D. (2012). Collaborative innovation with customers: A review of the literature and suggestions for future research. *International Journal of Management Reviews*, 14(1), 63-84.
- Gloor, P. A., *Swarm Creativity: Competitive Advantage through Collaborative Innovation Networks*, Oxford Press, 2006.
- Glückler, J., & Eckhardt, Y. (2022). Inovação ilícita e dobra institucional: da pureza à naturalidade na indústria cervejeira da Baviera. *Journal of Economic Geography*, 22 (3), 605-630.
- Goodrick, E., & Reay, T. (2011). Constellations of institutional logics: Changes in the professional work of pharmacists. *Work and Occupations*, 38(3), 372-416.
- Greenwood, R. et al. Institutional complexity and organizational responses. **The Academy of Management Annals**, New York, v. 5, n. 1, p. 317-371, 2011.
- Gulati, R. (1995). Social structure and alliance formation patterns: A longitudinal analysis. *Administrative science quarterly*, 619-652.
- Gusmão, R. Práticas e políticas internacionais de colaboração ciência-indústria. In.: **Revista Brasileira de Inovação**, v. 1, n. 2, p. 327-360, 2002.
- Hanseth O, Lyytinen K (2010) Design theory for dynamic complexity in information infrastructures: The case of building internet. *J. Inform. Tech.* 28:1–19.
- Hoon, C. (2013). Meta-synthesis of qualitative case studies: An approach to theory building. *Organizational Research Methods*, 16(4), 522-556.
- Hultin L, Mähring M (2014) Visualizing institutional logics in sociomaterial practices. *Inform. Organ.* 24(3):129–155.

- Kallman, M. E., & Frickel, S. (2019). Nested logics and smart meter adoption: Institutional processes and organizational change in the diffusion of smart meters in the United States. *Energy Research & Social Science*, 57, 101249.
- Lawrence, T. B., Hardy, C., & Phillips, N. (2002). Institutional effects of interorganizational collaboration: The emergence of proto-institutions. *Academy of management journal*, 45(1), 281-290.
- Laurence, T., Suddaby, R., & Leca, B. (2011). Institutional work: Refocusing institutional studies of organization. *Journal of management inquiry*, 20(1), 52-58.
- Lounsbury, M. A (2007) tale of two cities: competing logics and practice variation in the professionalizing of mutual funds. **Academy of Management Journal**, Champaign, v. 50, n. 2, p. 289-307, Apr.
- Lundvall, B. Å. (2007). Sistemas nacionais de inovação – conceito analítico e ferramenta de desenvolvimento. *Indústria e inovação* , 14 (1), 95-119.
- Miotti, L., & Sachwald, F. (2003). Co-operative R&D: why and with whom?: An integrated framework of analysis. *Research policy*, 32(8), 1481-1499.
- Motke, F. D., Rodrigues, G. O., & Ravello, F. D. S. (2016). Teoria institucional: um estudo bibliométrico da última década na Web of Science.
- Nieto, M. J., & Santamaría, L. (2007). The importance of diverse collaborative networks for the novelty of product innovation. *Technovation*, 27(6-7), 367-377.
- O'Connor, G. C. Open, radical innovation: toward an integrated model in large established firms. *Open innovation: researching a new paradigm*, p. 62-81, 2006.
- O'Mahony S, Lakhani KR (2011) Organizations in the Shadow of Communities. *Communities and Organizations* (Emerald Group Publishing Limited, Bingley, UK), 3–36.
- Ortiz, J., Ren, H., Li, K., & Zhang, A. (2019). Construction of open innovation ecology on the internet: A case study of Xiaomi (China) using institutional logic. *Sustainability*, 11(11), 3225.
- Parung, J., & Bititci, U. S. (2008). A metric for collaborative networks. *Business Process Management Journal*.
- Powell, W. W., & DiMaggio, P. J. (Eds.). (2012). *The new institutionalism in organizational analysis*. University of Chicago press.
- Rosell, D. T., & Lakemond, N. (2011). Collaborative innovation with suppliers: a conceptual model for characterising supplier contributions to NPD. In *The R&D Management Conference 2011, Norrköping, Sweden 28-30 June*.
- Schultze U, Bhappu AD (2017) Organization-sponsored sharing platforms: Managing the dialectics of conflicting institutional logics. Acessado 25 de maio, 2022, <http://aisel.aisnet.org/icis2017/Peer-to-Peer/Presentations/9>.

Scott, W. R. (2014). W. Richard SCOTT (1995), Institutions and Organizations. Ideas, Interests and Identities. *Management*, 17(2).

Tether, B. S. (2002). Who co-operates for innovation, and why: an empirical analysis. *Research policy*, 31(6), 947-967.

Thornton, P. H.; OCASIO, W. Institutional logics. In: GREENWOOD, R. et al. (Org.). **The Sage handbook of organizational institutionalism**. London: Sage, 2008. p. 99-129.

Thornton PH, Ocasio W, Lounsbury M (2012) The Institutional Logics Perspective: A New Approach to Culture, Structure, and Process (Oxford University Press, Oxford, UK).

Thomson, A. M., & Perry, J. L. (2006). Collaboration processes: Inside the black box. *Public administration review*, 66, 20-32.

Ventura, R., Quero, M. J., & Díaz-Méndez, M. (2019). The role of institutions in achieving radical innovation. *Marketing Intelligence & Planning*.

Villani, E., Rasmussen, E., & Grimaldi, R. (2017). How intermediary organizations facilitate university–industry technology transfer: A proximity approach. *Technological forecasting and social change*, 114, 86-102.

Wooten, M., & Hoffman, A. J. (2008). Organizational fields: Past, present and future. *The Sage handbook of organizational institutionalism*.

Zorina, A., & Dutton, WH (2021). Theorizing the interactions of actors shaping innovation in digital infrastructures: the case of residential internet development in Belarus. *Organization Science*, 32(1), 156-180.